ANTI CAPITALISTA

N.º 04 (SÉRIE II) – MARÇO 2018

BLOCO E INSTITUCIONALISMO
PP. 04-05

MOVIMENTO SOCIAL NO TEJO
P. 06

8 DE MARÇO, MAIO DE 68, MARX

SAIR DA GAVETA

EDITORIAL

MOVIMENTO PARA TER DIREITOS

Lançar raízes, construir movimento, pensar a militância de base: a II Conferência Nacional da Rede Anticapitalista teve lugar em Lisboa no passado dia 10 de fevereiro e contou com a presença de militantes e simpatizantes da Rede. A Rede, lançada há pouco mais de um ano, já provou a sua utilidade na articulação de vários ativismos. Das marchas feministas às manifestações do clima; do repensar o movimento de legalização das drogas à reconstituição de uma área radical do ativismo LGBT, a Rede deu passos e contributos importantes para a dinamização da luta social e política no país.

O Bloco desde o início decidiu correr "por dentro e por fora". Sem desistir da representação institucional nos parlamentos, essencial para um partido que não foge à disputa política no Estado burguês, defendemos que esta não tem sustentação política sem luta social. A profissionalização de ativistas em assessorias parlamentares, regionais e autárquicas exige-nos por isso uma atenção redobrada. Precisamos de reconstruir uma cultura política e militante de dinamização de movimentos sociais e de construção de conflito político a vários níveis. É para isso que a Rede Anticapitalista existe, é este o centro da nossa atividade: construir movimento, reativar a militância e alargar capacidade de confronto social.

Falta uma estratégia clara e consequente do Bloco para esta necessidade. Quando muitos dos quadros do partido são absorvidos por cada vez maiores responsabilidades institucionais, cabe-nos propor o óbvio: alargar a área de influência política, formar militantes, intervir social e politicamente; recrutar e formar para a luta social, para a proposta de política pública, para a transformação radical da sociedade. É aqui que a Rede quer dar o seu contributo, recusando o modelo de exército acrítico. Estamos aqui para pensar e construir a militância radical do Bloco.

Neste número da Revista, abordamos vários temas relativos à militância. Porque o partido é o centro da memória da luta social e este ano se celebra o 50.º aniversário do Maio de 68, trazemos um debate entre Pïerre Zarka e Daniel Bensaïd, protagonistas dessa revolta francesa. Apesar deste ter sido um ensaio para uma revolução que nunca aconteceu, hoje continuamos a ter o Maio de 68 como uma referência da luta socialista e emancipatória.

Discutimos também a experiência dos e das ativistas do Rio Tejo contra a indústria da celulose, numa entrevista a Armindo Silveira, vereador bloquista eleito em Abrantes e incansável ativista ambiental. É uma luta crucial para a defesa da vida no Rio Tejo. Além da invasão do eucalipto que tão facilmente arde todos os verões em Portugal, a indústria do papel é a causa principal da poluição do Tejo.

A defesa de direitos, do ambiente, dos serviços públicos, etc., tem sido o centro da luta política à esquerda em Portugal. No entanto, tal como foi referido na Conferência, não podemos ficar reféns de uma estratégia defensiva na luta social. Depois do massacre social e político dos anos da *troika*, é tempo de a esquerda se reerguer e voltar a propor e a exigir. O nosso desafio, que não é pequeno, tem de ser construir movimento social e conflito político de larga escala, para conquistar novos direitos, cavar novas trincheiras que desequilibrem o poder do capital. É este o desafio da Rede, contribuir para a conquista do direito a ter direitos.

Esta é uma publicação da **Rede Anticapitalista**, onde se juntam militantes do **Bloco de Esquerda** empenhadxs nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

2 **Editorial**
Movimento para ter direitos

3 **Testemunho**
A poluição e o movimento proTejo

4-5 **Debate**
Instituições, institucionalismo e Bloco

6 **Dossiê**
Maio de 68, revolução na Europa

7 **Ilustração**
Eduardo Filipe, o Sama
Breviário
Racismo

8 **Vai Acontecer**
8M | Greve Internacional de Mulheres
Encontro de mulheres "Todas as Vozes Contam"
200.º aniversário de Karl Marx

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Hugo Monteiro
Miguel Lobo Barbosa
Rodrigo Rivera

Design
Helena Borges

Participaram nesta edição
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Eduardo Filipe, o Sama
Francisco Louçã
Mafalda Escada
Nuno Saraiva
Rita Gorgulho
Rodrigo Rivera

Capa
Ilustração: Nuno Saraiva

Contactos
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**

CONTACTOS

Email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
www.redeanticapitalista.net

A POLUIÇÃO E O MOVIMENTO proTEJO

ARMINDO SILVEIRA/MAFALDA ESCADA

O manto de espuma encontrado no Tejo a 24 de janeiro de 2018, divulgado por ativistas e impossível de ignorar, obrigou o Ministro do Ambiente a tomar medidas há muito reclamadas, ainda que insuficientes para uma solução a longo prazo. Espera-se ainda que haja justiça e punição das empresas poluidoras, bem como das entidades de fiscalização, cuja inércia permitiu o agudizar da situação ambiental no rio. Armindo Silveira, ativista ambientalista e vereador do Bloco de Esquerda em Abrantes, conta-nos a luta em defesa do Tejo, as suas etapas, dando um importante contributo para uma reflexão sobre a defesa do ambiente.

Ao longo do rio Tejo, diversas indústrias, esgotos domésticos, caudais irregulares e agricultura intensiva deterioram drasticamente a qualidade da água do rio e de alguns afluentes. O Tejo foi transformado num esgoto e muitas das atividades ligadas ao rio quase desapareceram. (Em Vila Velha de Ródão, a indústria da celulose e a biomassa foram as grandes apostas para fixar população.) Foi neste cenário problemático que, em 2009, na Vila da Barquinha, surgiu o Movimento proTejo. Pautando a sua atuação no âmbito da Rede de Cidadania por uma Nova Cultura da Água no Tejo e seus afluentes, o movimento reúne organizações portuguesas e espanholas e, até 2016, a sua intervenção prendia-se essencialmente com a sensibilização através de eventos e atividades lúdicas, entre as quais se destaca o *Vogar o Tejo contra a Indiferença* - passeios de canoa, convívios à beira-rio e outras atividades com o objetivo de dar a conhecer o rio, a sua beleza e o seu potencial de ligação com as pessoas.

No fim do ano de 2015, a reabilitação do Travessão do Pego foi o ponto de viragem da luta em defesa do rio Tejo. A divulgação de imagens de uma muralha de pedra quase de margem a margem fez rumar ao local ativistas, de entre os quais alguns que integravam a associação SOS Tejo, fundada recentemente em Ortiga, Mação. Nos dias seguintes, foi formada uma rede de vigilância cidadã ao longo do rio, desde Vila Velha de Ródão até Santarém, incluindo os afluentes do Nabão, Almonda e Alviela. As imagens da poluição no Tejo invadiram as redes sociais. Os ativistas Arlindo Marques, Sebastião de Matos, José Moura, Costa Alves, José Ribeiro, o pescador Francisco São Pedro e eu próprio encontrámo-nos em Vila Velha de Ródão e filmámos uma ribeira do Açafal e um cais em muito mau estado. As expressivas imagens denunciando as celuloses foram publicadas por Arlindo Marques. As máquinas de fotografar e filmar foram e são as ferramentas de trabalho.

PRESSÃO SOBRE AMBIENTALISTAS

No início de 2016, quatro ambientalistas foram identificados pela GNR, no cais de Vila Velha de Ródão, quando pretendiam gravar um vídeo para denunciar a poluição naquele local. Nesse verão, Arlindo Marques (conhecido por "Guardião do Tejo") sofreu uma tentativa de atropelamento pelo filho do dono da empresa Fabrioleo, na zona de Torres Novas. Numa altura em que a tensão aumentava em diversas frentes, os ativistas perceberam que estavam demasiado desprotegidos e que lhes faltavam conhecimentos técnicos, dadas as solicitações para reuniões, conferências ou entrevistas.

Em Mérida (junho de 2016), a associação SOS Tejo participou na preparação da manifestação antinuclear Fechar Almaraz, realizada meses depois em Cáceres, Espanha. Poucos dias depois, por desacordo entre os membros fundadores, a SOS Tejo entrou em processo de dissolução.

A solução encontrada para os problemas citados e que permitiu colmatar fragilidades e preencher espaços em branco foi a adesão ao Movimento proTejo, que, reunindo forças, tomaria a linha da frente no combate à poluição no Tejo.

MOVIMENTO proTEJO E GENERALIZAÇÃO DA LUTA

A 4 de março de 2017, o movimento proTejo realizou uma grande manifestação em Vila Velha de Ródão, juntando centenas de pessoas. Meses mais tarde, em agosto, o movimento reuniu-se com o Ministro do Ambiente, levando-o a comprometer-se com a resolução de dez pontos cruciais no espaço de um ano. Ainda assim, a 14 de outubro, a manifestação volta a realizar-se para sensibilizar Lisboa para os problemas no rio que banha a capital.

A situação no Tejo intensificou-se com a mortandade de milhares de peixes na albufeira do Fratel, em novembro de 2017. O movimento decidiu denunciar a situação à Comissão Europeia e à Procuradoria Geral da República, bem como apresentar uma petição ao Parlamento Europeu, alertando para o grave crime ambiental e o problema de saúde pública. Um mês mais tarde, Arlindo Marques, um dos ativistas que mais divulgaram imagens da poluição no rio, foi processado pela Celtejo (a indústria da celulose que mais polui naquela zona do rio), que exigiu uma indemnização de 250 mil euros por difamação. O conflito intensificou-se e, em janeiro de 2018, o governo viu-se obrigado a intervir, impondo apenas uma redução em 50% dos efluentes descarregados.

Mais recentemente, uma equipa de mergulhadores filmou o local no Tejo onde são descarregados os efluentes, mostrando um imenso manto de sedimentos acumulados no fundo do rio. Sobre as análises e investigações agora em curso, o Ministro chegou mesmo a confirmar terem-se verificado períodos em que era impossível a existência de vida naquele ponto do rio.

Num momento em que a denúncia da poluição no Tejo se tornou viral, em que houve força suficiente para obrigar o Governo a ter de responder, importa refletir sobre a luta, torná-la maior e mais ambiciosa, repensar objetivos, mantê-la viva para vitórias a longo prazo que ponham em cheque as indústrias poluidoras que sacrificam o ambiente a troco de dinheiro. O Movimento proTejo, a par de outras organizações, através da realização de encontros que evidenciam a importância e potencial do rio para a qualidade de vida das próprias populações, da divulgação de imagens nas redes sociais, permitindo quebrar a barreira geográfica, dão-nos importantes lições sobre a construção de movimento local capaz de criar maiorias, de chegar às instituições (como às Assembleias Municipais solidárias com a luta pelo Tejo) e, acima de tudo, de juntar pessoas e cimentar a defesa do ambiente, valorizando-o socialmente.

INSTITUIÇÕES, INSTITUCIONALISMO E BLOCO

Francisco Louçã

1.

A presença e a referência institucionais têm sido o ponto mais forte da intervenção do Bloco de Esquerda. Não foi sempre assim: o partido nasceu pelo esforço de correntes políticas que se uniram porque o movimento social tinha sido derrotado no referendo do aborto em 1998 (e com isso compreenderam os limites da sua ação fragmentada e sem alcance eleitoral) e no contexto de lutas antiglobalização e pela independência de Timor. Portanto, a pressão do movimento social foi determinante. Foi o início. Mas o sucesso do Bloco resultou de ultrapassar a tradição de ação militante sem expressão nacional, ou seja, sem disputa na opinião e na criação de relação de forças política. Foi porque elegeu deputados que o Bloco deu um salto em frente e passou a ser um partido de referência para a luta popular. Se não tivesse sido vencedor das primeiras legislativas, dificilmente existiria hoje.

2.

A representação institucional e eleitoral é a forma normalizada de ação política tal como é concebida pela maioria da população. Alguns setores sociais participam de outra forma na vida, através da adesão a associações ou sindicatos. Mas, apesar de se referirem à maioria da população, os setores associativos são minorias e muitas vezes reduzidas: os sindicatos, o maior e mais estável movimento social em Portugal, só representam hoje cerca de 15% dos e das trabalhadoras, com grandes diferenças segundo o tipo de setor (maioria no público) e tipo de empresa (30% de sindicalização nas poucas empresas de mais de 500 trabalhadorxs, só 1% nas empresas até 5 trabalhadorxs). Não há grandes associações ou outros movimentos sociais organizados com amplas redes de base. Por isso, há hoje poucos canais para a ação em que se crie militância social.

3.

A experiência da luta contra a *troika* resume estas contradições. A luta social alcançou momentos impressionantes: as manifestações do 12 de março de 2011 e as manifestações do Que se Lixe a Troika exprimiram o descontentamento social em torno de questões marcantes, a rejeição da vida precária e a rejeição do truque da baixa da TSU patronal. Mas não houve nem organização nem continuidade. Não houve nem podia haver, pois não havia forma organizada para esse percurso. Ao lado destas manifestações e fora delas, também os sindicatos têm sido mais fortes na organização de cortejos do que na prática sindical. A organização sindical da resistência à *troika* foi mais política do que sindical.

4.

Por tudo isto, o ponto forte do Bloco tem sido uma vantagem. O Bloco representou parte importante da indignação antitroika e da busca de soluções políticas, precisamente porque podia desequilibrar a política nacional, e foi reconhecido por centenas de milhares de pessoas como o instrumento adequado e necessário nas eleições.

5.

Um partido popular tem de disputar a representação eleitoral. Não tem sucesso se não conseguir criar uma relação de forças política e se não a transformar em disputas que procuram resultados. A estratégia alternativa de luta social sem representação seria pouco mais do que uma justificação para o isolamento. Um partido de esquerda socialista luta pela maioria e não se deixa prender nem na menorização nem na visão anarquista ou autonomista de um mundo social exterior à disputa eleitoral, de um exílio interno. A ideia de que o Estado burguês desaba se muitas pessoas se abstiverem é inoperante e um favor à burguesia. O Bloco teve derrotas e vitórias, mas faz o seu caminho.

foto: Paulete Matos

6.

A representação e a presença institucional criaram uma realidade para a qual as correntes fundadoras e o Bloco no seu início estavam mal preparados. Foi necessário selecionar gente que respondesse a este nível de representação, o que implicou decisões, mas também conflitos gratuitos (não esquecer que duas correntes do Bloco, as listas B e R, a seu tempo tornaram público um abaixo-assinado contra a ida da Mariana Mortágua para o parlamento). Foi necessária a criação de competências técnicas e de equipas profissionalizadas para acompanhar e sustentar o trabalho parlamentar nacional, europeu e nas regiões autónomas, o que se foi, entretanto, estendendo às autarquias. Essa competência é indispensável para a preparação de propostas, para a iniciativa e a disputa, mas tem um custo e não é pequeno: uma parte importante dos quadros é mobilizado para ocupações institucionais.

7.

Estas máquinas institucionais absorvem então muitas capacidades militantes. Se as transformam ou não em adaptação, esse é um processo que nunca está determinado de antemão, mas a normalização institucional cria pressões nesse sentido. As formas de adaptação são variadas: a resignação a medidas demasiado limitadas em nome da estabilidade dos postos alcançados; a recusa de criticar as próprias instituições ou as suas direções em nome da possibilidade de futuros compromissos; a ideia de que a política só se realiza com pequenos passos; o medo da perceção pública na apresentação de uma alternativa socialista que conduza a outras formas institucionais; a vontade de evitar o risco do conflito com medo de perder. Todas essas formas de adaptação deformam uma política de esquerda que se baseie na representação popular.

8.

A política *zapping* é outra forma de adaptação e não a menos importante. A habituação a um modo de expressão política que depende da circunstância e da oportunidade, ou da agenda de concorrentes institucionais ou da imprensa do dia, é um risco, pois pode dissolver a estratégia ao sabor dos momentos. Se o movimento fosse tudo e o programa não fosse nada, não haveria política socialista para organizar o movimento operário e popular.

9.

O institucionalismo é também muito forte nos movimentos sociais, não é só nos partidos de esquerda. Olhemos à volta do Bloco para movimentos que conhecemos e respeitamos e perguntemos quantos deles têm os mesmos dirigentes desde há trinta, ou, em alguns casos, quarenta anos. Nos sindicatos a contradição é ainda mais forte: muitos sindicatos estão estatutariamente definidos para que nunca possa ser questionado o controlo de um partido e a maior central sindical escolheu dar corpo a essa estratégia.

10.

Acresce um problema de renovação geracional que é mais fácil de resolver num partido do que num movimento social: os e as jovens militantes que viveram a crise de 1974-1975 e que construíram o movimento sindical pós-ditadura ou outros campos de luta estão agora em idade de reforma e a sair de cena.

11.

O Bloco progrediu pouco na representação social, que não se pode confundir com eleitoral. Devemo-nos perguntar se, comparado com a força existente no tempo da fundação, há quase vinte anos, temos agora mais ou menos influência organizada no mundo sindical, em empresas, em delegados e delegadas sindicais, CT ou outras formas de representação. E da resposta a essa questão decorrem conclusões. O mesmo se deve perguntar sobre a juventude: como é que estudantes e jovens podem agora aproximar-se do partido, como é que se lhe podem juntar e encontrar caminhos para a formação e ação políticas? É nessas respostas que está a solução para as tensões das instituições.

12.

O capitalismo é o modo de produção, de reprodução das condições de produção e de representação das condições de produção e de reprodução. A definição sublinha o essencial: não há produção capitalista sem que o sistema se reproduza, e é por isso que mobiliza a sua representação, que se baseia na alienação do trabalho, na alienação da relação social, da vida e das relações com a natureza, mas também na alienação da representação e do voto. A desvinculação do trabalhador e da trabalhadora em relação ao produto do seu trabalho, ao controlo da sua vida e ao seu poder social e até eleitoral é a base do conformismo em que assenta a hegemonia da burguesia. Por isso é que a política de esquerda é movimento social e procura reforçar-se com a projeção que as suas ideias e propostas alcançam também nas eleições; por isso é que não abdica de nenhum terreno de representação na disputa de hegemonia; mas precisamente por isso é que a estratégia socialista só pode triunfar na luta social.

13.

O ponto forte do Bloco tem sido a sua expressão política e, portanto, a disputa das eleições. As estratégias alternativas, como a do desterro ou do abandono da disputa da representação, ou seja, da política como é sentida pelo povo, fracassaram e fracassarão sempre. Mas a vitória dessa opção eleitoral não demonstra que a representação seja condição suficiente para a política socialista. Se for um instrumento para acumulação de forças, serve nessa medida. Se for uma forma de condicionamento e de perda de sentido crítico e de alternativa social, fracassa. A esquerda só existe se for protagonismo social conflitivo, ou intervenção estratégica na luta de classes. Ou seja, precisa de ser parte do movimento de classes. Será sempre assim que medirá a sua força.

MAIO DE 68, REVOLUÇÃO NA EUROPA

TEXTOS COMPLETOS EM WWW.REDEANTICAPITALISTA.NET

MAIO 68: DEBATE ENTRE DANIEL BENSAID (LCR) E PIERRE ZARKA (PCF)

A EXPERIÊNCIA DOS PROTAGONISTAS

Daniel Bensaïd, filósofo, era membro da Juventude Comunista Revolucionária (JCR) em 1968 (deu depois origem à LCR e ao NPA); Pierre Zarka era membro da União de Estudantes Comunistas (UEC). O debate foi publicado em 2008 no jornal *Humanité*, o diário do Partido Comunista Francês (PCF).

DANIEL BENSAÏD: No final de janeiro de 1968, organizámos uma grande manifestação em Berlim, de solidariedade com o Vietname, durante os Jogos Olímpicos de Inverno, que se realizavam em Grenoble. Era uma preparação do espírito de 68. E foi nessa sequência que se realizou a manifestação em Paris contra o American Express, em que foi preso Xavier Langlade, militante da JCR. Nessa manhã, decidimos pintar "liberdade para Langlade" na entrada da faculdade, e esse gesto transgressivo – na época! – foi o início da luta de Nanterre.

PIERRE ZARKA: No fundo, Maio de 68 é uma questão de geração. Tínhamos passado a nossa infância no contexto dos movimentos de libertação e do colapso dos impérios coloniais. Os nossos pais eram da geração dos vencedores, contra o nazismo. O progresso das ciências, das tecnologias, criava o sentimento positivista de que, irremediavelmente, subiríamos na escala social. Depois, veio a Primavera de Praga e, apesar da crítica ao estalinismo, existia o sentimento de que se poderia pensar a sociedade de modo alternativo ao capitalismo. No entanto, eu não pensava como o Daniel. Por exemplo, nessa época, em Nanterre, os estudantes lutavam contra a proibição da mixidade nas residências universitárias. Na UEC ríamo-nos disso, não era sério, não era político. Mas isso cristalizava as aspirações à autonomia, à liberdade, o que não conseguimos perceber. Além disso, nós herdávamos o desejo muito profundo da família comunista de nos integrarmos na via institucional. Tínhamos por isso um preconceito contra tudo o que parecesse violência ou provocação, sobretudo se vinha de um movimento que não controlávamos... [continua *online*]

O MAIO DE 68 DOS IMIGRANTES EM FRANÇA

SELIM NADI

Nesta entrevista, o historiador Daniel A. Gordon fala sobre a participação dxs trabalhadores imigrantes no Maio de 68 e sobre a forma como as lutas da imigração se desenvolveram na sequência do levantamento operário e estudantil. **Daniel A. Gordon** é autor de *Immigrants and Intellectuals: May'68 & the rise of anti-racism in France, Merlin Press, 2012*. Entrevista realizada por Selim Nadi, publicada em *Contretemps, revue de critique communiste*.

CONTRETEMPS: No seu livro, interessa-se pela forma como o Maio de 68 foi vivido pela imigração em França; o que o levou a este assunto?

DANIEL A. GORDON: A ideia ocorreu-me, pela primeira vez, em 1998, ao ler *Sixty-Eight: The Year Of the Barricades* de David Caute. Caute menciona, de passagem, que a Universidade de Nanterre, onde começaram os acontecimentos de Maio, se situava perto de um bairro de lata de argelinos. Perguntei-me então o que pensariam os argelinos sobre a revolta do *campus* que se tornou uma greve geral? Tendo pouco a perder, apoiaram-na com entusiasmo ou, pelo contrário, questionaram, com incompreensão, contra quê se revoltavam os estudantes de classe média? Como era visto o Maio de 68 a partir do bairro de lata? E, da mesma forma: como os revoltosos de 1968 viam o bairro de lata? *Imigrantes & Intelectuais* é o produto da minha investigação sobre o encontro destes dois mundos diferentes. [continua *online*]

eduardofilipesama.blogspot.pt/ | flickr.com/photos/eduardofilipe/

RACISMO

O racismo baseia-se na oposição entre grupos sociais e/ou étnicos, defendendo a ideia de que há diferentes raças humanas e uma hierarquia entre elas. Esta diferenciação baseia-se principalmente em características físicas e intelectuais, embora não apenas, e não tem qualquer respaldo científico. Consiste numa atitude depreciativa e discriminatória que encara x outrx como diferente, sendo esta diferença entendida como inferioridade. Desta forma, atribui aos grupos considerados superiores o direito de dominar e/ou de suprimir os outros.

O racismo inverso é uma teoria que pretende legitimar a ideia de que há um racismo dxs oprimidxs contra xs opressorxs. A ideia é em si própria contraditória e, para ser verdadeira, exigiria não só que se alterassem as posições de poder, mas também que se apagasse a história. O racismo é estrutural, por isso é que, por exemplo, um negro pode discriminar e ser preconceituoso com um branco, mas não pode ser racista com ele, porque para o branco não existem estruturas - históricas, políticas, económicas e sociais - que o oprimam com base no seu fenótipo. O racismo inverso é, por isso, uma ideia extremamente perigosa que procura não só diminuir o movimento antirracista, silenciando as vozes negras e subalternizadas que legitimamente se levantam, como pretende também desagravar o racismo, apresentando-o como um comportamento potencialmente comum a todas as pessoas.

EM DEFESA DA GREVE DE 8 DE MARÇO: APELO DE FEMINISTAS NORTE-AMERICANAS

Precisamos de um feminismo para 99%. É por isso que as mulheres farão greve este ano

No 8 de março, entraremos em greve contra a violência de género – contra os homens que cometem violência e contra o sistema que os protege.

No último 8 de março, nós, mulheres de todos os tipos, marchámos, parámos o trabalho e ocupámos as ruas em cinquenta países à volta do mundo. Nos Estados Unidos, fizemos comícios, manifestámo-nos, deixámos a louça para os homens em todas as grandes cidades deste país e em muitas pequenas cidades. Fechámos três escolas para mostrar ao mundo, mais uma vez, que, se sustentamos a sociedade, também temos o poder de a parar.

Aproxima-se um novo 8 de março e as coisas estão piores para as mulheres neste país. No ano 1 da administração Trump, não só fomos atingidas por insultos e ameaças misóginas sob a forma de declarações oficiais como a administração tomou medidas que continuarão esses ataques institucionais.

#Metoo não só acusou violadores e misóginos individuais como atingiu as estruturas que lhes dão poder.

A nova lei fiscal corta benefícios para trabalhadorxs de salários baixos, a maioria mulheres. Há planos para atacar os programas de saúde, Medicaid e Medicare, os únicos dois programas que restam nesta cruel paisagem neoliberal e que apoiam xs idosxs e xs pobrxs, xs doentes e xs portadorxs de deficiência, o planeamento familiar e as crianças – e, portanto, as mulheres, que prestam a maior parte dos cuidados. E enquanto esta nova lei recusa os cuidados de saúde às crianças imigrantes, introduz poupanças para a faculdade para "crianças por nascer", uma forma assustadora de estabelecer de modo legal os "direitos" de "crianças por nascer", assaltando assim o nosso direito fundamental de tomarmos decisões sobre os nossos próprios corpos. Mas isso não é a história toda. Com todas estas frentes de guerra abertas contra nós, não nos acobardamos. Também respondemos ao ataque. Quando, no outono passado, mulheres com visibilidade pública e acesso aos meios de comunicação internacional decidiram quebrar o silêncio sobre o assédio e a violência sexual, abriram-se finalmente os diques e um fluxo de denúncias públicas inundou a internet. As campanhas #Metoo, #UsToo e #TimesUp tornaram visível o que quase todas as mulheres já sabiam: seja no local de trabalho ou em casa, nas ruas ou nos campos, nas prisões ou em centros de detenção, a violência de género com o seu impacto diferencial racista assombra o dia a dia das mulheres.

O que também se tornou claro é que o silêncio público sobre algo que sempre soubemos, sofremos e combatemos não existe somente porque nós temos medo ou vergonha de falar: o silêncio é criado. É imposto pelas leis que obrigam as mulheres a passar por quase um ano de aconselhamento e mediação obrigatória se se atrevem a fazer uma queixa oficial. É afetado pelo sistema de justiça criminal que rotineiramente ignora as queixas das mulheres, usando camadas adicionais de intimidação e violência. Nas universidades, há administrações que descobrem formas "inteligentes" de proteger a instituição e o perpetrador enquanto a mulher é entregue aos lobos. Os fundamentos racistas destes procedimentos legais exigem ainda mais atenção. As campanhas #Metoo, #UsToo e #TimesUp não só denunciaram violadores e misóginos individuais, também arrancaram os véus que escondem as instituições e estruturas que lhes dão poder.

A violência de género e racializada é internacional, tal como o deve ser a campanha que se lhe opõe. O imperialismo, o militarismo e o colonialismo dos EUA promovem a misoginia no mundo. Não é coincidência que Harvey Weinstein, nos longos anos de tentativa de silenciar e aterrorizar mulheres, tenha usado uma empresa de segurança, Black Cube, de antigos agentes da Mossad e outras agências de inteligência israelitas. Sabemos que o mesmo Estado que envia dinheiro para Israel para brutalizar a jovem palestiniana Ahed Tamimi e a sua família também financia as prisões em que mulheres afro-americanas, como Sandra Bland, morreram. A grande maioria de nós não fala porque lhe falta poder coletivo no local de trabalho.

Por isso, a 8 de março entraremos em greve contra a violência de género – contra os homens que cometem violência e contra o sistema que os protege.

Acreditamos que não foi por acidente que as nossas irmãs com um lugar social destacado foram as primeiras a tornar visível o que já sabíamos. A sua capacidade para o fazer era mais forte do que a nossa irmã que tem um salário baixo, quantas vezes é de cor, que limpa quartos no elegante hotel de Chicago ou que apanha fruta nos campos da Califórnia.

A vasta maioria de nós não fala porque lhe falta poder coletivo no local de trabalho, e porque nos são recusados os apoios sociais, como cuidados gratuitos de saúde fora dele. O trabalho, com o seu salário baixo, o seu gerente agressivo e o patrão abusador, e os seus horários longos torna-se o que mais se teme perder, porque é a única forma de garantir a comida para a nossa família e o cuidado para xs doentes.

Não nos mantemos caladas. Somos forçadas pelo capitalismo a manter as bocas caladas.

Assim, a 8 de março falaremos, pessoalmente, contra os abusadores individuais que tentam arruinar as nossas vidas, e falaremos, coletivamente, contra a insegurança económica que nos impede de falar.

Entraremos em greve porque queremos acusar os nossos abusadores pessoais. E entraremos em greve porque precisamos de políticas de segurança social e emprego com salários decentes para alimentar as nossas famílias, tal como direito a sindicalizar-nos, se formos despedidas por enfrentarmos o abuso.

Assim, no dia 8 de março entraremos em greve contra o encarceramento de massas, a violência policial e os controlos de fronteira, contra a supremacia branca e os tambores de guerra das guerras imperialistas dos EUA, contra a pobreza e contra a violência estrutural escondida que fecha as nossas escolas e hospitais, envenena a nossa água e a nossa comida e nos recusa a justiça reprodutiva. E entraremos em greve pelos direitos laborais, pelos direitos iguais para todxs xs imigrantes, pelo salário igual e salário mínimo, porque a violência sexual no local de trabalho é facilitada sempre que não temos esses meios de defesa coletiva.

O 8 de março de 2018 será o dia do feminismo para 99%: um dia de mobilização de mulheres negras e castanhas, cis e bis, lésbicas e trans, mulheres trabalhadoras, das pobres e mal pagas, das cuidadoras que não são pagas, das trabalhadoras do sexo e das migrantes.

No dia 8 de março, #WeStrike.

Linda Alcoff, Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya, Rosa Clemente, Angela Davis, Zillah Eisenstein, Liza Featherstone, Nancy Fraser, Barbara Smith, Keeanga-Yamahtta Taylor

VAI ACONTECER

8 Março
> Greve Internacional de Mulheres ao trabalho doméstico não remunerado

> Marcha Feminista
Porto | Praça dos Poveiros | 19 horas
Lisboa | Praça do Comércio | 18 horas

10-11 Março
> Encontro de Mulheres "Todas Vozes Contam"
Porto | Escola Artística Soares dos Reis
Entrada livre

Oficinas e mesas redondas sobre, entre outros temas, desigualdade salarial; dupla jornada de trabalho; assédio sexual no espaço público e no trabalho; violência doméstica, no namoro e obstétrica; mulheres negras, ciganas, palestinianas, migrantes, lésbicas, bissexuais; cisnormatividade; micromachismos; diversidade funcional…

facebook.com/encontromulheres.pt/

24-25 Março
> 200.º Aniversário de Karl Marx
Lisboa | Faculdade de Medicina Dentária | 14h30 | Entrada livre

Debates sobre política, filosofia, economia, imperialismo, movimentos, arte, a partir da obra de Marx.